

Giorgio de Lacerda & Rafael Fanni

Independências, Nação e Historiografia: uma entrevista com João Paulo Garrido Pimenta

Giorgio Lacerda
Mestrando em História –
UFOP
giorgiolacerda_ufop@
yahoo.com.br

Rafael Fanni
Graduado em História –
UFOP
rafaelfani@yahoo.com.br

Palavras-chave: Independências – nação – historiografia

Key-words: Independences - nation - historiography

A entrevista a seguir ocorreu por ocasião da presença do professor João Paulo Garrido Pimenta como conferencista no 3º *Seminário Nacional de História da Historiografia*, realizado em agosto de 2009 no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Professor do departamento de História da USP desde 2004 é autor do livro *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)* (2002) e de outros dois títulos em co-autoria com Andréa Sleimian, *O “nascimento político” do Brasil* (2003) e *A corte e o Mundo* (2008). Seus trabalhos destacam-se pela ênfase “não-nacional” no tratamento dos temas da colonização da América portuguesa no século XVIII e XIX e o das independências do Brasil e da América Espanhola. Nesta entrevista, discutimos as nuances deste tipo de abordagem: motivações intelectuais, principais dificuldades e aspectos teóricos e metodológicos que vêm renovando a historiografia política dos séculos XVIII e XIX, no Brasil e na América hispânica. Além disso, discutimos questões acerca do atual jogo político e diplomático na América Latina e sobre as produções de livros e revistas de história voltados para públicos não-acadêmicos. Ao final, mais do que uma entrevista, tivemos uma agradável conversa que se reverteu numa grande aula de história*.

Giorgio Lacerda e Rafael Fanni: *Recentemente, a crítica historiográfica sobre os processos de independência e formação do Estado Nacional Brasileiro tem se colocado numa posição revisionista, que procura repensar as identidades políticas e regionais e os projetos divergentes de construção da Nação, tendo como eixo central a relação centro e periferia. O artigo “Peças de um Mosaico”, (2000) escrito pelo*

* Agradecemos especialmente ao professor João Paulo Garrido Pimenta por ter aceitado o nosso convite para a entrevista. Entretanto, devemos fazer justiça e agradecer a contribuição de outros colegas: ao David Lacerda pelo rico debate durante a preparação das questões, ao professor Marco Antônio Silveira que nos autorizou realizar a entrevista nas dependências do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM) situado no prédio do ICHS-UFOP, e ao Gabriel Campos que nos auxiliou no trabalho de transcrição da gravação.

professor István Jancsó e por você é, de fato, o trabalho que inaugurou tal perspectiva na historiografia brasileira. Nesse sentido, acreditamos que uma das grandes marcas de seus trabalhos é a crítica a uma historiografia de tipo nacional, que parece tê-lo conduzido ao caminho da história comparada. Quais as maiores motivações na escolha desse tipo de abordagem?

João Paulo G. Pimenta: Para começar, gostaria de fazer algumas ressalvas. É claro que reconheço fazer parte de uma historiografia que vocês tentam caracterizar aqui com “revisionista”, mas que não necessariamente forma um bloco coeso ou se liga a um único projeto institucional. É uma historiografia muito dinâmica, que vem de vários centros acadêmicos, e conta com várias pessoas e esforços diferenciados.

Eu não chamaria exatamente essa historiografia de revisionista; apenas nela vejo uma tendência fortemente crítica em relação a uma forma de ver a história, tendência esta que não foi de maneira alguma inaugurada pelo meu trabalho com o professor István Jancsó. Na verdade, ela remonta, pelo menos, a Caio Prado Jr. e a Sérgio Buarque de Holanda: é uma crítica a um olhar nacional sobre uma história que não é de natureza nacional. Se considerarmos, por exemplo, *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr. de 1942, logo na introdução ele esclarece que o século XIX é absolutamente crucial para entendermos as permanências, as heranças de algo que muda em substância. Ele já tinha a clareza lapidar de que a nação é criada no século XIX, e de que só a partir dali é que há uma história nacional brasileira. No entanto, para entendermos esta nação e essa história nacional, há que se entender a formação da colônia. E a formação do “Brasil contemporâneo”, isto é, de quando o autor escreve, carrega consigo um fardo, por ter uma estrita relação com o passado, o passado da colonização. Então, a quebra do século XIX está muito bem pontuada por Caio Prado, e de diferentes maneiras também por Sérgio Buarque pelo menos desde a década de 50, de modo que nosso artigo, publicado em 2000 pela primeira vez, faz parte de uma linhagem historiográfica mais ampla.

Não se trata de uma postura revisionista, porque, tradicionalmente, chamamos de revisionismo certa ânsia de criticar como exercício por si só, e não foi essa a nossa intenção. Tínhamos um problema concreto, que não era exatamente o de Caio Prado nem o de Sérgio Buarque, e que adquiria uma especificidade típica de uma época de muita profissionalização do nosso ofício. “Peças de um mosaico” está preocupado com a emergência de uma identidade nacional brasileira em contornos bastante precisos. Referimo-nos não a uma identidade qualquer, genérica ou atemporal, mas sim a uma específica, que surgiu com clareza no século XIX, mas que foi sendo moldada desde o século XVIII (essa foi uma inovação importante) em meio a identidades coletivas existentes na América portuguesa. Essas identidades vão se politizando em processos históricos mais amplos, que atribuem conteúdos e sentidos políticos a identidades que, de início, não pretendiam romper (e não romperam) com a identidade portuguesa vigente durante a colonização, e que articulavam a diversidade identitária regional. Mas essa identidade permitirá com que essa politização ofereça, principalmente com a independência no século XIX, os contornos de uma identidade nacional brasileira, conflitante e incompatível com a portuguesa, e que se referia a um Brasil nacional.

Como vimos, há uma história concreta do surgimento da identidade nacional brasileira, e essa foi a preocupação principal desse artigo. Ele teve um impacto significativo na historiografia brasileira, e vem ainda inspirando trabalhos e subsidiando debates.

Sinceramente, ainda não tive conhecimento de qualquer crítica incisiva às formulações essenciais do artigo; existem críticas pontuais, algumas das quais considero inteiramente corretas, mas não, que eu saiba, uma crítica negativa à sua idéia geral. Repito: não inauguramos uma perspectiva totalmente nova, sequer pretendemos uma posição revisionista, mas este artigo pode ser visto como um marco importante - assim como outros trabalhos de outros autores - de uma reflexão geral renovada sobre o caráter nacional brasileiro, posicionado agora em tempos e espaços específicos em meio ao processo geral de formação do Estado e da nação.

Bem, feita essa grande introdução, eu diria o seguinte: fui conduzido ao hall de temas que estão implicados no tema geral da nação (especificamente o Brasil nos séculos XVIII e XIX) por orientação do meu mestre, professor István Jancsó. Quando estudante, eu não tinha uma reflexão específica nessa direção: tinha lá minha formação, que não diferia muito de qualquer outro estudante interessado em História, com suas inquietações, capacidades e vontades de se tornar historiador; mas, ainda na graduação, conheci meu mestre, e foi ele que me guiou nesta direção.

Uma coisa importante a ser dita: é difícil para um estudante de graduação vislumbrar demandas historiográficas concretas. Os estudantes têm seus interesses, vão estudar história por diversos motivos pessoais, inclusive interesses específicos. Ninguém vai estudar história porque quer enriquecer ou quer se tornar uma celebridade. Então é muito comum os estudantes pensarem: “olha, eu gosto mais de história antiga do que de contemporânea, eu gosto de história de Minas, mas não gosto de história da Europa, prefiro mentalidades a economia”, etc. Escuto muito este tipo de manifestação nos corredores, nas salas de aula, ou quando os estudantes me procuram para bater um papo, conversar sobre o curso ou a formação deles. Tudo isso é legítimo, mas esses interesses não necessariamente correspondem a demandas historiográficas concretas. Muito dificilmente o estudante tem condições, sem uma orientação específica, de vislumbrar o que precisa ser feito, porque embora os interesses sejam equiparáveis por parte dos estudantes, eles não são suficientes para justificar um investimento em uma pesquisa especializada. O que precisa ser pesquisado? O que é menos conhecido? Talvez estas sejam perguntas que carreguem certo ranço objetivista que não se coaduna perfeitamente com a natureza do conhecimento histórico; mas de todo modo, existem temas mais relevantes do que outros, existem temas que são logicamente sustentáveis, enquanto outros não são. E existem demandas mais urgentes do que outras. O que eu estou chamando de “demandas urgentes”? Ora, conhecemos mais algumas coisas do que outras porque aquelas foram mais (e melhor) estudadas do que outras. Alguém negará que conhecemos muito mais o século XVIII mineiro do que o século XVIII mato-grossense? Não estou sugerindo que o século XVIII mineiro não seja importante, mas a necessidade de se estudar a mineração em mato-grosso, a sociedade, a economia, a política, etc., talvez fosse uma advertência, um estímulo importante para estudantes de qualquer parte (inclusive das muitas universidades mineiras). É responsabilidade dos professores, na condição de mestres dos alunos, o diagnóstico de demandas de pesquisa e o estímulo a novatos para que enfrentem essas demandas, independentemente das facilidades ou dificuldades a elas inerentes. Minha experiência foi exatamente esta: eu não tinha nenhuma afeição especial pelo tema, mas tinha interesses e inquietações em relação ao presente e passado do Brasil. Tampouco conhecia bem os espaços específicos que comecei a estudar Rio da

Prata e Brasil como partes do mesmo contexto iberoamericano tratando deles em minha dissertação de mestrado. De modo que devo ao meu mestre o início dessa incursão, e a possibilidade de, por minha conta, começar a desenhar agendas intelectuais próprias.

O que é uma “agenda intelectual”? Um conjunto de temas que estabeleçam nichos de coerência entre si, tais temas não precisam estar próximos temporal ou espacialmente, mas devem se reportar a um conjunto de questões mais ou menos comuns, que organizem um conjunto de interesses específicos. É isto o que deve mover o pesquisador desde seus primeiros passos pelo caminho da sua formação e atuação como historiador, e que imprimirá ao conjunto de seu trabalho intelectual uma marca. É importante os estudantes terem em mente perspectivas de curto, médio e longo prazo; não necessariamente cumprirão essa agenda à risca, poderão mudar de temas ou desenhar novas agendas. Mas quando fazem trabalhos como os de conclusão de disciplina, monografias de final de curso ou um projeto de pós-graduação, o mais importante é, sem dúvida, o início de uma familiarização com lacunas e demandas historiográficas, e com isso já podem pensar em agendas.

Retomando, então: a elaboração de “Peças de um mosaico”, que durou um ano e meio, foi um momento muito importante na minha carreira. Eu já tinha terminado o mestrado, e nele tinha esbarrado nas questões de identidades políticas, nacionais, americanas, etc. O artigo me incentivou a levar adiante essa preocupação com a questão nacional no sentido amplo, com a história política do Brasil em relação com o restante do mundo americano. Ali há um encontro de temas que me permitiu delinear uma agenda que está focada em torno da questão nacional, bem como na superação da perspectiva das historiografias nacionais.

Qual é o problema básico destas historiografias nacionais? Nós, digo, a imensa maioria de todos os historiadores do mundo – somos formados neste enfoque, de modo que há uma grande possibilidade dessa formação ser embebida pelas fronteiras de um estado nacional que nos inibe a pensar uma história para além destas fronteiras. Mas a história de quase todos os estados nacionais modernos só faz sentido a partir dos séculos XVIII e XIX. Ora, esta é uma história de 200 ou 300 anos, e a história da humanidade é larga demais para caber num recorte de dois ou três séculos... Minha insistência no alargamento dessa abrangência é porque eu sou um historiador dos séculos XVIII e XIX, que tem plena convicção da impossibilidade de entender temas como o da independência do Brasil sem entender as independências da América hispânica (a recíproca é absolutamente verdadeira). Mas na prática isto é muito difícil, porque nós somos formados dentro de recortes nacionais. Aprendemos assim já na escola, e quando crescemos no ofício esbarramos em dificuldades muito concretas: acesso à bibliografia produzida em outros países, arquivos, língua estrangeira... Do mesmo modo a própria história da colonização portuguesa, que é também parte da história da colonização espanhola, inglesa, francesa e holandesa.

Uma última coisa que eu queria dizer sobre esse ponto: jamais considere seriamente esse enfoque “não-nacional” como um enfoque comparativo *stricto sensu*. Comparação em história pressupõe o isolamento dos elementos a serem comparados, e eu estou falando simplesmente de uma história integrada. Na verdade, quando se diz história integrada – ou, para usar um termo bastante em moda, conectada – a integração ou conexão pressupõem a desconexão, e não é isso. É simplesmente uma história no seu

devido lugar, total e, na sua totalidade, parcial.

GL e RF: *Muitos estudos têm sido publicados em torno da problemática relativa às identidades coletivas na formação dos Estados e Nações modernas; a maioria deles ligados às pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto temático “Fundação do Estado e da Nação – Brasil, 1780-1850” coordenado pelo professor István, do qual você também fez parte. Qual a sua opinião sobre os estudos mais recentes que abordam essa problemática a partir das perspectivas acima citadas, e ainda, como você observa a permanência de alguns cânones da história política desse período, principalmente os que possuem uma posição centralista em relação à formação do Estado Nacional Brasileiro?*

JPGP: Eu tendo a concordar que a maioria dos estudos focados nas identidades coletivas e sua politização entre os séculos XVIII e XIX gravitam em torno do Projeto Temático do qual eu fiz parte. Este projeto juntou gente de alto nível, com diversos interesses de pesquisa e com distintas formações, mas todos inspirados pela preocupação geral deste projeto, ou seja, a formação do Estado e da Nação como fenômenos próprios e distintos, mas profundamente imbricados e posicionados temporalmente no século XVIII e XIX. Isso no que diz respeito às identidades. Mas o mesmo não é válido para o tema geral da formação do Estado e/ou da nação (principalmente a do Estado). Existem outros grupos e outros centros de pesquisa que agrupam historiadores muito competentes, que há alguns anos vêm se dedicando a diversos estudos sobre temáticas ligadas à formação do Estado, por exemplo, o Centro de Estudos do Oitocentos (CEO), sediado no Rio de Janeiro; além de historiadores, sociólogos e juristas do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e outros estados que não estão ligados a nenhum grupo de pesquisa formalmente constituído.

Há uma boa pluralidade de estudos que envolvem história, política, direito, economia, história intelectual, história de instituições, história de conceitos, etc. De modo que eu diria que hoje em dia há uma historiografia forte, cheia de vitalidade, diversificada, com divergências e enfoques muito variados. O que é muito bom! Não há uma convergência total desses trabalhos nos temas que, particularmente, julgo serem os temas importantes, mas parece haver certo consenso de que não se pode tratar do Estado sem tratar da Nação. E também de que nenhum deles surgiu de repente no século XIX, tampouco resultaram de movimentos anteriores evolutivos, supostamente naturais.

Quanto à permanência de alguns cânones da historiografia do tema, isso é verdadeiro, e cria zonas nebulosas para a sua devida compreensão. Tomemos, mais especificamente, a independência: felizmente, ela vem sendo descortinada cada vez mais por investigadores de alto nível e em seus muitos quadrantes espaciais, embora conheçamos muito mais sobre o “centro-sul” do que as demais partes envolvidas no processo. A formação de identidades coletivas em relação a ela ainda é pouquíssimo estudada, embora haja bons trabalhos sobre Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Já a luta política e a participação de diversos grupos sociais vêm merecendo cada vez mais estudos. Eu sou otimista, porque os estudos são cada vez mais numerosos, e de melhor qualidade.

Não se trata de conceber uma simples acumulação de conhecimento, o que pressuporia uma concepção estreita do conhecimento histórico, mas simplesmente de reconhecer que as coisas vão melhorando: a historiografia se diversifica, arquivos regionais

vão sendo melhor trabalhados, criam-se condições para debates, embates e avaliações gerais.

Não é uma situação negativa continuar estudando o Rio de Janeiro, Minas Gerais ou São Paulo, mas sim fazê-lo ignorando-se as realidades de outras partes. Assim como não adianta estudar Pernambuco, Pará ou Maranhão sem considerar os centros políticos do centro-sul, isso seria uma simples inversão de sinais em uma equação cujo resultado seguiria idêntico. Recomendo muito cuidado com essa crítica aos estudos focados nos principais centros políticos de composição e gestação do estado nacional brasileiro porque há que se pensar uma totalidade diversa, dinâmica e muito difícil de ser aprendida nos seus devidos termos, da qual esses centros são... centros! Uma parte precisa da outra. Eis o desafio. Muita coisa ainda precisa ser feita nessa direção.

GL e RF: *No início desse ano de 2009 foi lançado pela editora da UFMG o livro “Léxico da História dos Conceitos Políticos no Brasil”, organizado pelo professor João Feres Júnior, no qual está presente o verbete “história”, escrito por você e pelo professor Valdeci Lopes de Araújo. Este livro contém parte do “Dicionário político e social iberoamericano: conceitos políticos en la era de las independências”, 1750-1850, que acaba de ser publicado na Espanha, e é produto do projeto Iberconceitos – que é sem dúvida a maior pesquisa em andamento sobre história conceitual no Brasil. Esse projeto é uma oportunidade ímpar para se por em prática as teorias e os procedimentos metodológicos próprios da História Conceitual, que tem como principais referências as obras de Reinhart Koselleck, e da Escola de Cambridge, representada por Quentin Skinner. De acordo com as suas experiências de pesquisa e de seu conhecimento sobre o assunto, fale sobre as perspectivas de resultados para os trabalhos do projeto Iberconceitos, principalmente a partir das referências teóricas e metodológicas citadas. E em sua opinião, quais são as vantagens e desvantagens de se operar em conjunto essa duas metodologias para entender os séculos XVIII e XIX no Brasil?*

JPGP: Á medida em que fui desenvolvendo estudos sobre as independências iberoamericanas, deparei-me com a necessidade de entender as bases intelectuais desses processos. Elas são muito mais conhecidas no que diz respeito ao mundo hispânico do que aos mundos luso e luso-americano. A pergunta que me coloquei foi a seguinte: como pensavam teóricos, estadistas, políticos, publicistas, de modo não apenas a representar e viabilizar a independência em seus momentos mais imediatos, mas também a criar e reproduzir as bases intelectuais necessárias à efetivação de uma transformação política de monta, como foram as independências? Estas são processos nitidamente revolucionários no seu sentido moderno, pois inauguram uma ordem nova (poderia qualificá-la longamente...), pensada e nomeada dessa maneira por seus próprios protagonistas. Claro que não podemos, nós, historiadores, apenas assinar embaixo do que foi dito pelos agentes históricos, devemos pensar a história a partir de bases concretas e de ferramentas teóricas próprias do nosso tempo. Mas esse é um dos pontos essenciais da categorização das independências como revolucionárias, não apenas na pretensão da inauguração de uma nova ordem, mas nas coisas que aconteceram para a efetivação de uma nova visão de mundo na própria época. A partir do momento em que os homens conceberam, temeram ou desejaram uma nova ordem de coisas, tiveram que atuar para que isso acontecesse, e acabaram por ser extremamente bem sucedidos.

Um ponto que me estimulou a essa reflexão foi o marco estabelecido da inde-

pendência do Brasil como uma não-revolução, ou como uma “revolução conservadora”. Essa expressão, tão em voga, é extremamente infeliz, pois toda e qualquer revolução é, em si, parcialmente conservadora. Não existe nenhum movimento social imaginável capaz de transformar ao mesmo tempo todos os quadrantes da sociedade. Dentro do processo histórico esses movimentos aceleram algumas mudanças mais significativas e acabam por ser responsáveis por um quadro circunstancialmente novo, porém, essas novidades operam sempre com base em permanências. Comumente, é dito que na história: “tudo muda ao mesmo tempo em que tudo permanece”. Qualificando essa afirmação e tirando-a do rol das obviedades, a depender do nível de realidade da dimensão social que está sendo observada, e analisada, as coisas mudam com mais ou menos intensidade. Nós historiadores devemos nos perguntar: o que muda, como muda e para o quê muda? Todo e qualquer contexto histórico é sempre dinâmico, mas por vezes essa dinâmica é acelerada, fraturada, revolucionada.

Se toda e qualquer revolução é também conservadora, deve-se evitar tratar a independência nesse lugar comum. De início, minha inquietação vinha de um conhecimento preliminar de outros processos de independência, como os do México e do Chile, e que mereceram análises de sobra a caracterizá-los como conservadores. Se cada um considera o seu como conservador, há algo de errado na idéia de conservadorismo, ele deixa de ser relativo a algo e perde função de categoria explicativa.

Uma grande agenda, que integre as independências ibéricas, está ainda em aberto, a despeito de esforços convergentes e atuais de muitos estudiosos de muitos países. Eu mesmo tenho investigado as bases intelectuais dessa grande ruptura, as formas subsidiárias de se pensar o advento de um novo estado de coisas, catalisado pela independência, não só do Brasil, mas também nos demais países da América Ibérica. Esse foi um interesse que surgiu dentro da minha trajetória enquanto fazia um doutorado sobre o impacto das independências da América espanhola no Brasil. Diante disso e posteriormente, elaborei um projeto de pesquisa, ao qual agora me dedico, para escrever uma história do tempo histórico na América portuguesa dos séculos XVIII e XIX. Minha intenção é analisar concepções, percepções e formulações acerca do tempo, procurando entender como pessoas puderam elaborar noções de tempo através da política, encarando seus projetos coletivos como diagnósticos de tempo. É um projeto amplo e que encara as bases intelectuais do processo de independência do Brasil.

Foi nesse momento em que conheci o professor Valdeí Araújo. Foi um encontro muito interessante, porque ele tem uma formação bem distinta da minha, carregando referenciais muito diferentes, mas com muitas preocupações e interesses absolutamente convergentes. Daí resultou uma parceria duradoura que foi aproveitada pelo projeto Iberconceptos. Esse projeto é formidável em muitos aspectos, e coordenado por um historiador espanhol, o professor Javier Fernandes Sebastián. Quando fui convidado para integrá-lo, a idéia era que Valdeí e eu produzíssemos verbetes diferentes; porém, quando constatados nossos interesses em comum, propusemos um trabalho em dupla, sobre o conceito de história. O Iberconceptos tem um grande mérito não apenas por focar tema da maior relevância e pouco estudado, com uma metodologia adequada e embasamento teórico consistente, mas porque ele oferece saídas práticas para a superação de dilemas historiográficos nacionais advindos da circunscrição da história a esses quadrantes. Foram montadas equipes voltadas para realidades específicas, equipes “de países”,

mas que não ficaram apenas circunscritas a tal país (por exemplo, na equipe colombiana havia historiadores alemães e franceses). A arquitetura geral do Iberconceptos parte da necessidade de integrar a história de conceitos a realidades específicas, porém em um contexto geral. Ele ofereceu à mim e ao Valdeí uma oportunidade interessante de contribuição, mas muito aquém daquilo que poderíamos e gostaríamos de ter feito. Nossos interesses intelectuais esbarraram em uma logística difícilíssima de ser administrada, pois, no Iberconceptos, cada coordenador teve de lidar com equipes grandes, prazos, limites de texto, denominadores comuns, etc., e tudo isso impediu que nosso verbete “História” fosse o que gostaríamos que fosse. Logo, o que foi publicado no livro “Léxicos da História Política no Brasil”, deve ser considerado apenas como um esboço de nosso trabalho. Também considero como esboços todos os demais verbetes, desse livro e também do Dicionário. Foram feitos por gente competente e muitos apresentam resultados interessantes e relevantes, mas são apenas esboços de algo mais profundo que precisará ser feito no futuro. O Iberconceptos segue adiante em uma segunda etapa, da qual nem eu nem o Valdeí fazemos parte. Tomara que haja oportunidade para a elaboração e apresentação de resultados mais aprofundados.

Em termos teórico-metodológicos, esse projeto tem uma marca muito mais forte de Koselleck do que de Skinner. Claro que este também é um historiador de primeiríssima, e suas assertivas em torno da história das linguagens esbarram positivamente na história dos conceitos, mas quem pensou esta de modo sistemático foi Koselleck. A meu ver, é impossível fazer uma história dos conceitos que não seja, claro, parte de uma história social geral e também que não seja parte de perspectivas temporal e espacial amplas. É irrelevante fazer uma história de um conceito tal em São Paulo entre os anos de 1750 e 1759, ou em Mariana de 1711 a 1748. Tenho em vista que os conceitos são realidades sociais que indicam práticas e visões de mundo, e que contribuem para formar o mundo, eles são elementos imprescindíveis de toda e qualquer paisagem social, desenvolvendo-se em ritmos lentos e sendo compartilhados por grupos amplos. Não cabem, portanto, em tempos e espaços pequenos.

Como fazer, então, uma história de conceitos? Tem que ser especialista na história mais ampla à qual aquele conceito se refere e na qual ele se insere, e tem que ser parte de um esforço para transcender nossas tradicionais especializações. Desse modo, a história dos conceitos só frutifica, em termos de elementos relevantes para se compreender a realidade social, se for feita por especialistas nesta determinada realidade e por trabalhos conjugados, em equipe, e aí cabe a comparação e articulação entre conceitos. O Iberconceptos esboça isso, e, portanto volto a endossar a arquitetura geral do projeto. No Brasil, quase tudo resta ser feito, mas já contamos com um bom pontapé inicial.

GL e RF: *Os acontecimentos recentes na América Latina – sejam eles de caráter político, social ou econômico – possibilitariam uma longa conversa nesta entrevista. Limitemo-nos, porém, às questões políticas dos estados nacionais modernos, tendo em vista a sua afinidade com o tema. Em sua opinião, os casos do golpe militar em Honduras e a instalação de bases militares norte-americanas em território colombiano, infringindo neste caso a soberania nacional em nome da justificativa de luta contra as EARC, constituem-se como casos sui generis da sobrevivência de uma elite arcaica, conservadora e golpista? Tal fato é uma característica conspícua da história da América Latina? Aliado a isso, como você interpreta o papel das esquerdas no continente?*

JPGP: Os temas envolvidos nesta questão podem ser elaborados por mim apenas na condição de cidadão interessado no mundo, mas não como um historiador neles especializado. A única exceção reside na consideração de que, ao longo do século XIX, a formação de Estados nacionais na América de colonização ibérica obedece a alguns ditames comuns. Evidentemente eles não são suficientes para ignorar a singularidade de cada processo, de maneira nenhuma! Mas acredito que diagnosticar esta situação – o que neles há de comum – contribui parcialmente para diagnosticar situações específicas destes nossos séculos XX e XXI (e vale lembrar que bases militares americanas não estão só na Colômbia, mas também no Paraguai, no Equador..).

No século XIX, quando se forma a imensa maioria dos atuais Estados nacionais na América, tais Estados adentram a um sistema internacional em condição desfavorável. Isso não é uma obviedade, porque se admitirmos a validade da categoria analítica “sistema”, ela implica a articulação entre partes assimétricas. O que é um sistema de ponto de vista lógico? Não é a soma de todas ou de algumas coisas, mas uma unidade lógica e também histórica – porque estamos falando de um sistema específico, um sistema de relações internacionais com base no capitalismo – onde as posições de cada parte são assimétricas umas em função das outras. É aí que reside a coerência dessas conjunções. Para nós entendermos porque um país é forte no cenário internacional, temos que entender o país que é fraco no mesmo cenário, porque aí a força é a contrapartida direta da fraqueza. Quando esses Estados nacionais surgem, adentram de cara a esse sistema em condição periférica, condição desde então jamais abandonada (a despeito de algumas acomodações). Claro que existem diferenças entre os periféricos: uma coisa é a atual posição do Brasil no sistema internacional, outra a da Nicarágua... São diferenças absolutamente relevantes, mas no conjunto do sistema internacional, a maior parte da história do Brasil e de todos esses outros países tem a ver com essa posição desfavorável. Em relação a quem? Em relação à Grã-Bretanha, EUA, Alemanha, Japão... O capitalismo é um sistema histórico, e as relações internacionais aí organizadas complementam as vicissitudes da formação dos sistemas representativos nesses países, de suas hierarquias e conflitos sociais, de seus respectivos poderes políticos e as muitas composições entre todos estes elementos.

Eu não identificaria uma elite arcaica (conservadora ou golpista) nestes países, mas sim elites que se comportam em alguns momentos de maneira muito parecida: isto é, quando se unem, quando se articulam em defesa de seus interesses e poderes, quando são bem sucedidas nessa direção, quando gerem o Estado e justificam ideologicamente suas atuações... Os Estados nestes países são tradicionalmente lócus de atuação forte de elites, que vêm na aproximação, ou mesmo na ocupação direta do Estado a possibilidade de sua sobrevivência, fortalecimento e/ou perpetuação. Tudo isto varia de parte a parte, insisto. Mas insisto também que há bases comuns, e que durante muito tempo, inclusive recentemente, plasmaram a fraqueza dos sistemas representativos nesta América. Tudo isso mudou muito de parte a parte, de tempo a tempo. Mas isso talvez ajude a explicar a novidade de fenômenos como a convergente fraqueza de alguns desses grupos de se valerem das suas tradicionais armas de defesa, de seus respectivos interesses. Há muita coisa em comum entre os governos da Bolívia, Brasil, Chile, Equador e Uruguai (de certa forma também o da Venezuela), em termos de conseguirem romper (ou ao

menos ameaçar) uma tendência longeva de representação de interesses junto ao Estado. E não convém ignorar a conjuntura internacional e o contexto histórico do momento em que nós vivemos, que de muitas maneiras “esbarra” em cada uma dessas realidades tomadas como específicas.

Se abdicarmos da noção de sistema, aí essas realidades emergem apenas como singulares; ao contrário, se formos inteligentes na utilização da categoria para compreensão deste mundo e de sua formação histórica – alguns séculos atrás – então não só não precisaremos, como não deveremos abdicar da singularidade para atribuição de sentido à realidade. Surge daí uma dialética entre o todo e a parte; o sistema como um todo, não é a somatória das partes, mas é a síntese das determinações recíprocas entre todas essas partes. Não vejo outra maneira de compreender a realidade atual da América.

GL e RF: *Em 2003, em co-autoria com Andréa Slemian, trabalharam no livro O “nascimento político” do Brasil e, em 2008, publicaram A corte e o mundo. Estes dois livros de história são exemplos da possibilidade de conciliar o rigor de uma pesquisa acadêmica com uma linguagem acessível ao público geral. Vivenciamos um crescente interesse por História, e por isso entendemos que parte deste cuidado com a forma narrativa presente em livros como os de vocês colabora de modo qualitativo na divulgação dos mais novos resultados deste campo de estudos. Sendo assim, como você analisa a expansão do mercado editorial na área de história? Quais os equívocos mais frequentes, que devem ser evitados, e os melhores exemplos a serem seguidos? E por último, como a produção deste tipo de trabalho de “divulgação” contribui na construção da carreira de um historiador profissional?*

JPGP: Esses dois livros nasceram de uma inquietação compartilhada em torno da péssima qualidade das obras de divulgação no Brasil, assim como das obras didáticas, muitas vezes produzidas por gente que não domina o “métier” do historiador e/ou ditadas exclusivamente por contingências mercadológicas. As obras ruins sempre existiram, continuam a existir – como as de Eduardo Bueno e Laurentino Gomes – e existirão claro. O problema é que elas não têm concorrência. São obras de impacto porque atendem a demandas de uma sociedade que se interessa por história, mas que não tem alternativas melhores; consome aquilo que está à mão. Assim, decidimos arregaçar as mangas e produzir algo que julgamos ser melhor do que aquilo que criticamos.

Acredito que todo e qualquer historiador deveria trabalhar em uma dupla perspectiva: de especialização e de divulgação. Todos deveríamos ser pesquisadores, professores e “vulgarizadores”, pois assim as diferentes lógicas envolvidas nessas atuações se complementaríamos. Tem tanta gente que morre de medo de sala de aula, e acaba por se envolver apenas em pesquisa, mas penso que todo o estudante de história deveria conceber a possibilidade de fazer pesquisa e dar aula, porque são duas lógicas distintas e complementares: a especialização, como produção do conhecimento, e a generalização, como avaliação do conhecimento. Sem modelos e sem generalizações, não vejo sentido na história, assim como sem perquirição aprofundada de realidades específicas.

O que ocorre no Brasil é que há um grande interesse das pessoas em geral pela história, e um grande distanciamento entre essas pessoas e a academia. Em relação aos historiadores, temos que apontar o dedo para duas direções: em geral, temos receio de produzir sínteses, pois dado seu caráter abrangente e lacunar, são sempre muito suscetíveis a críticas. Logo, morremos de medo de produzir as sínteses, porque, infelizmente,

quase ninguém quer ser criticado. Também há o agravante da pouca disposição dos historiadores em mudar sua forma de escrita, e com isso se fazem entender por pessoas que não compartilham de sua linguagem.

Em relação ao mercado editorial, há pouco espaço para obras de divulgação feitas por historiadores. O Brasil ainda é um país de analfabetos: analfabetos em história, ciências, literatura, e aqui as pessoas lêem pouquíssimo! O mercado editorial no Brasil é muito diminuto, as pessoas não têm interesse de sair de suas respectivas comodidades medíocres e investir em leitura, educação, instrução. Aqui, quando as pessoas enriquecem ou mudam de grupo social, elas atualizam seu carro, trocam sua casa, investem em propriedades, mas nunca em educação. É notável que as pessoas que são ou que ficam endinheiradas não investem em instrução, não compram livros, e é muito difícil mudar o impacto nefasto que isso produz no conjunto da sociedade.

Tanto da parte dos especialistas como dos não-especialistas, há pouca boa vontade de encontro entre esses interesses. Há mais boa vontade da parte dos não-especialistas, que são responsáveis pelo surgimento dessas várias revistas de divulgação que julgo muito louváveis, um fenômeno muito positivo, e que no geral são boas revistas. Seria ótimo se elas tivessem uma permanência, tendo em vista que algumas ficam pelo meio do caminho. Se todas competissem no sentido de atender aos muitos públicos interessados em história, acabariam por trazer um retorno mais imediato em termos de investimento e de qualidade à divulgação acadêmica em geral. Mas temo que sua capacidade de reversão da situação geral seja muito limitada. Só uma política nacional de educação, de ciência e tecnologia, irá reverter esse quadro.

Todo estudante de história deveria já pensar nessa lógica da vulgarização, num compromisso com a sociedade que financia sua formação e a sua futura carreira. A imensa maioria dos historiadores (digo, professores-pesquisadores) desse país é formada em universidades públicas, e, portanto, com financiamentos públicos, que devem ser correspondidos a altura. Esses financiamentos não são pequenos, o Brasil tem um sistema de público de educação que não encontra correlação com nenhum outro país do mundo. Fora os cursos gratuitos, são muitos os centros de pesquisas financiados, bolsas, tudo com o dinheiro público. No meu entender, uma das formas mais responsáveis de corresponder a esse magnífico investimento seria não apenas através da formação de professores de história em todos os níveis - desde que as carreiras fossem atraentes evidentemente - mas também o empenho desses historiadores em divulgar as suas pesquisas e produzir sínteses. E o mercado deveria, também, se responsabilizar por isso, não só atendendo a demandas já existentes, mas reforçando-as e criando outras, novas. Mas aí talvez fosse pedir demais...

Outra questão em torno do tema: o papel da mídia nesse país, um problema gigantesco em relação ao qual sou muito pessimista. A grande mídia tem uma função de divulgação de história (e de outros conhecimentos), mas assume sempre uma posição muito tacanha. Com a grande mídia que nós temos, completamente alheia e desvinculada de tarefas nacionais mais elevadas, comprometida exclusivamente com interesses restritos de grupos dirigentes, é difícil ser otimista.

Em relação ao espaço dessas obras de síntese e divulgação na trajetória de um historiador, muitas vezes vejo-as, idealmente, como pontos de partida para futuros especialistas, podem ser estímulos importantes a uma carreira ou à familiarização introdutória com

um tema e uma historiografia. Mas não acho que esse seja o papel mais importante, que é sem dúvida o de corresponder às expectativas daqueles que não são, não querem ser e nunca serão historiadores.